

Ajello surpreendido e chocado

O Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas em Moçambique, Dr. Aldo Ajello, manifestou-se ontem, em Maputo, surpreendido e chocado com as recentes declarações do líder da Renamo, Afonso Dhlakama, segundo as quais a actual Constituição da República não será aplicada nas zonas sob o controlo do seu movimento, onde também os partidos políticos e homens de negócios não poderão desenvolver as suas actividades antes da realização das eleições no país. O chefe da equipa da ONUMOZ, que falava no decurso do seu encontro semanal com os meios de comunicação social, disse ainda que iria contactar com a Renamo para obter esclarecimentos sobre este assunto.

"Não posso tomar nenhuma posição agora. Vou contactar a Renamo para saber o que de facto está a acontecer" — disse o Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas em Moçambique, quando solicitado pelos jornalistas a comentar as recentes declarações de Afonso Dhlakama, actualmente a efectuar uma visita privada ao Quênia.

O porta-voz da presidência da Renamo, contactado na última quarta-feira pelo nosso Jornal, disse, citando o seu dirigente, haver pessoas que julgam que com o entendimento alcançado no encontro entre Chissano e Dhlakama sobre a questão da administração territorial podem entrar livremente nas zonas sob o controlo daquele movimento.

De acordo com o mesmo porta-voz, a reintegração das zonas controladas pela

Renamo na administração territorial será feita com várias restrições, "na medida em que a Constituição da Frelimo não será aplicada nessas zonas antes da realização das eleições gerais, porque as leis que nos obrigaram a pegar em armas ainda estão em vigor". Acrescentou que o Acordo Geral de Paz estará acima da Constituição da República agora em vigor no país.

Afonso Dhlakama, que considera que o acordo a que chegou com o Governo visa facilitar o controlo territorial e fazer com que as populações das zonas sob o controlo do seu movimento beneficiem também do Orçamento Geral do Estado, alega que "estas não aceitam a actual Constituição e por isso mesmo não vai ser aplicada para evitar confusões".

COMISSÃO DE CESSAR-FOGO REGISTOU ÊXITOS

Falando sobre a última reunião da Comissão de Cessar-Fogo havida na última quinta-feira, na capital do país, Ajello considerou que esta registou grandes êxitos, com a aprovação de importantes documentos, nomeadamente sobre as normas provisórias de conduta nos locais de reunião e acomodação, a calendarização da reunião tripartida sobre desminagem, entre outros.

A propósito dos centros de acantonamento das tropas dos dois lados e que contam com a presença dos observadores militares das Nações Unidas, Aldo Ajello explicou que 14 são do Governo e sete da Renamo. Acrescentou que presentemente está-se a programar o estabelecimento dos "capacetes azuis" em mais 14 centros de reunião, dos quais 12 são para as tropas governamentais e os restantes dois para os elementos do movimento de Afonso Dhlakama.

Na ocasião, o Representante Especial de Boutros Ghali afirmou existirem dificuldades nas áreas de acantonamento das tropas da Renamo. Tais dificuldades, de acordo com o Dr. Aldo Ajello, estão ligadas a questões logísticas num total de 11, enquanto que em outros três para as tropas do Governo são de natureza política.

Contudo, segundo disse, as Nações Unidas estão a trabalhar com as partes (Governo e Renamo) com vista a encontrar soluções para essas dificuldades. O Dr. Aldo Ajello admitiu a possibilidade de depois

do acordo alcançado no recente encontro entre o Presidente da República, Joaquim Chissano, e o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, sobre a questão da administração territorial, alguns centros de acantonamento das forças da Renamo podem vir a localizar-se nas áreas do Governo, onde existem boas condições de logística.

Na última quinta-feira, a Comissão de Cessar-Fogo aprovou 35 dos 49 locais de acantonamento das tropas governamentais e da Renamo. Dos locais aprovados, 26 são do Governo e os restantes nove são das tropas do movimento de Afonso Dhlakama.

EQUIPA DE FISCALIZAÇÃO DA ONU CHEGA PRÓXIMA SEMANA AO PAÍS

Ainda no decorrer do "briefing" semanal de ontem, o Representante Especial de Boutros Ghali em Moçambique anunciou para a próxima semana a vinda ao país de uma equipa das Nações Unidas para preparar o envio do primeiro contingente daquele organismo internacional que vai fiscalizar a actividade da Polícia até à realização das eleições gerais.

"Já tivemos uma reunião com as partes separadamente e também já enviámos o memorando a Nova Iorque para mandar uma equipa reduzida que vai fazer o estudo no terreno" — disse Aldo Ajello, que acrescentou que tal trabalho deverá durar 10 a 15 dias.

O envio de uma equipa de fiscalização da ONU às actividades da Polícia no período que antecede a realização das eleições gerais previstas até Outubro do próximo ano foi solicitado pelo Governo moçambicano depois de um acordo alcançado nesse sentido no decurso do encontro havido entre o Presidente da República, Joaquim Chissano, e o líder da Renamo, Afonso Dhlakama.

Instado a quantificar o número dos membros da equipa que vai trabalhar na fiscalização das actividades da Polícia, Ajello disse tal não ser possível. Contudo, nas anteriores ocasiões o chefe da ONUMOZ garantiu que este seria superior a 128 efectivos previstos num relatório apresentado em Dezembro último ao Conselho de Segurança das Nações Unidas.

"Quanto à administração apenas estamos a seguir o processo" — disse Aldo Ajello, que na ocasião, manifestou preocupação pelos ataques que ocorrem nas estradas.

Sobre este facto, Ajello disse que ele constitui um assunto a ser tratado pelas autoridades policiais moçambicanas visto que a ONUMOZ não tem mandato para tratar este tipo de questões. Acrescentou que "a única coisa que podemos fazer é adicionar o número da força destas áreas porque estes indivíduos devem ser perseguidos e detidos".



Dr. Aldo Ajello no "briefing" semanal de ontem com os meios de comunicação social. (Foto de Felisberto Laice)